



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

IPPUR/NEI/FACC

GESTÃO PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

ERIKA CRISTINA DE SOUZA NASCIMENTO

**A UTILIZAÇÃO DA ABORDAGEM INTERSETORIAL
NA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS**

RIO DE JANEIRO

2016

ERIKA CRISTINA DE SOUZA NASCIMENTO

**A UTILIZAÇÃO DA ABORDAGEM INTERSETORIAL
NA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao programa de graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social- GPDES, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel.

Orientadora: Maria de Fátima Bruno de Faria

Rio de Janeiro

2016

A Utilização da abordagem intersetorial na elaboração de políticas sociais

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado do Programa de Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social- GPDES, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel.

Banca Examinadora

Profª Maria Julieta Nunes

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional- IPPUR/UFRJ

Prof^o Pedro Novaes Lima Junior

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional- IPPUR/UFRJ

Rio de Janeiro

2016

Porque no acúmulo de sabedoria, acumula-se tristeza, e que aumenta a ciência, aumenta a dor.

Eclesiastes 1.18

AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo à Deus: A fonte eterna de graça e misericórdia que renovou minhas forças em todos os momentos, para que eu não desistisse com tantas provações. A palavra do homem pode mudar, mas a Sua permanece para sempre. Suas promessas sempre se cumprem em nossas vidas.

Agradeço também a minha família que estimularam que eu continuasse meus estudos após o ensino médio, indo na contramão da maioria dos jovens do meu convívio social, aos companheiros de jornada (amigos, colegas e conhecidos): todas as pessoas que estão ou que participaram da minha vida, desta história de forma positiva. As irmãs de oração da minha mãe. A minha avó que nos momentos de estresse ficávamos ouvindo música.

Aos profissionais desta Instituição: aos mestres, que expandiram meus horizontes, estimularam ver o mundo de forma diferente, promoveram uma revolução silenciosa na transmissão de seus conhecimentos, e também aqueles que já não mais fazem parte da grade mas que contribuíram de forma única na construção deste curso, gostaria de agradecer também aqueles que já não mais fazem parte do corpo docente, mas com receio de esquecer um ou outro nome não farei. Gostaria também de me despedir pessoalmente, mas dada à impossibilidade, sintam-se abraçados, recebam minha gratidão, suas falas ficarão eternizadas na memória. Aprender é uma troca, a gente ensina e aprende ao mesmo tempo, deixamos um pouco de nós e levamos um pouco de cada um e aí vamos perdendo o senso comum, as ideias pré-concebidas

Agradeço também o empenho dos técnicos administrativos e prestadores de serviços que sem eles não seria possível esse curso dar certo, foi muito abacaxi para descascar, estresse... Reconheço que sem vocês e sua dedicação, nós alunos e os professores ficaríamos na mão.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Análise sistêmica do contexto socioambiental.....	23
Figura 02: Determinantes sociais: modelos de Dahlgren e Whitehead.....	29
Figura 03: Marco conceitual dos determinantes sociais da saúde.....	35

RESUMO

A gestão pública tem como propósito atender às necessidades da população, e como qualquer área adotou inúmeras abordagens, com o objetivo de oferecer um trabalho contemporâneo. Cada metodologia aplicada em determinados períodos tinha como objetivos estarem contextualizados. O mundo está cada vez mais conectado, as exigências e a criticidade maiores porque há mais questionamentos, e mais liberdade de expressão, e maior necessidade de sentir inserido, tendo suas demandas atendidas. Neste contexto surgem teorias e metodologias de trabalho que buscam atender estes novos requisitos do que seria uma nova governança, entre elas a intersetorial que traz novos questionamentos sobre a forma de construir equipes de trabalho para a construção de alternativas mais abrangentes. O objetivo de trabalho é apresentar como a abordagem setorial está sendo tratada nas políticas sociais. Para isso, a organização foi estabelecida através da apresentação das políticas sociais e como os autores tratam a intersetorialidade em cada política social.

Palavras-chave: Intersetorialidade, Estado Democrático de Direito, Políticas Sociais

Lista de Siglas

CF: Constituição Federal

DSS: Determinantes Sociais e Saúde

BNH: Banco Nacional de Habitação

INAMPS: Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social

INPS: Instituto Nacional de Previdência Social

SUS: Sistema Único de Saúde

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1. Introdução.....	10
1.1 Formulação de um problema de pesquisa	12
1.2 Objetivos.....	12
1.2.1 Objetivo Geral	12
1.2.2 Objetivos específicos.....	12
2. Metodologia de pesquisa bibliográfica.....	13
3. Resultados da pesquisa bibliográfica	14
3.1 Intersetorialidade.....	16
3.2 Políticas Sociais.....	16
3.2.1 Educação.....	18
3.2.2 Segurança Pública.....	20
3.2.3 Meio ambiente.....	22
3.2.4 Cultura.....	24
3.2.5 Saúde.....	26
3.2.6 Moradia.....	30
3.2.7 Lazer.....	32
3.2.8 Renda.....	33
4. Considerações Finais	36
Referências.....	39

1.Introdução

A abordagem intersetorial defende a construção de um trabalho sob uma perspectiva horizontal, através da articulação de vários ramos do conhecimento, possibilitando a geração de novas perspectivas teóricas. A utilização de tipo de metodologia na construção de políticas públicas contribuiria ao estimular a ruptura com trabalho desconectado da realidade, possibilitando a construção de políticas mais abrangentes, e correspondentes à realidade e a necessidade do cidadão. As novas demandas impostas pela sociedade contemporânea mostraram a necessidade de se dirigir um olhar mais abrangente e integral na leitura da realidade. Para Pereira eTeixeira (2013, p.121):

as recentes transformações pelas quais o Estado e a sociedade vêm passando, decorrentes da então aclamada modernização ocidental, demonstraram que as tradicionais formas de operacionalizar a intervenção pública, em que se destaca o caráter centralizador e vertical da gestão das políticas e o atendimento fragmentado e setorizado das demandas sociais, já eram insuficientes para dar respostas à complexa realidade social.

A formação de uma equipe formada por profissionais de diferentes áreas contribuiria para a formulação de políticas públicas mais amplas, tornando a construção de trabalho com menores chances de ser inviável. De acordo com Machado (2008, p.1) “trabalhar intersetorialmente envolve a criação de espaços comunicativos e de negociações, que inclusive consigam gerenciar conflitos para que finalmente, se possa chegar com maior potência, a algum resultado”. Importante ressaltar que este resultado não implica necessariamente na resolução ou enfrentamento final do problema principal, mas que possa somar na acumulação de forças, na construção de sujeitos, na descoberta da possibilidade de agir.

Machado (2008) afirma que as políticas públicas de educação, assistência social, saúde, educação, entre outras, se apresentam em sua maioria de forma setorial e desarticuladas, com características centralizadoras e hierárquicas, e as forma de gestão, segundo ele, gera fragmentação da atenção às necessidades sociais e divergência. Sendo o trabalho em rede um grande desafio aos profissionais que atuam com políticas públicas.

Quando se trabalha na perspectiva da intersetorialidade, conecta-se o todo com as partes. Isso produz um movimento em espiral que vai abarcando os vários setores. Esse movimento dinâmico e constante ajuda a convergir intenções comuns. Essas, por sua vez, devem estar colocadas de maneira a tornar as interações setoriais o ponto de início, e não o ponto de chegada, para a construção de uma ação comum. A ideia motriz da ação intersetorial corrige um histórico

de ações malsucedidas, realizadas de maneira solitária em uma esfera global. (CORA; TRINDADE,2015,p.5).

Na perspectiva de Faleiros (1991 apud PIANA,2009) as políticas sociais:

Ora são vistas como mecanismos de manutenção de força de trabalho, ora como conquista de trabalhadores, ora como arranjos do bloco no poder ou bloco governante, ora como doação das elites dominantes, ora como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão;

O fato é que o reconhecimento dos direitos sociais foi um processo adotado gradativamente e incorporado em cada país de uma forma, com abordagens diferenciadas, sendo importante ressaltar os acontecimentos históricos que antecederam a esta legitimação. No período de grande difusão das ideias liberais a discussão sobre amparo estatal inexistia, o indivíduo era responsável pela situação e a falta de êxito seria a consequência de que o mesmo não se esforçou o suficiente. Adam Smith (1776 apud FALEIROS, 2000, p. 13) afirmava que “os capazes, os inteligentes, é que prosperariam num regime de concorrência”, de acordo com o sucesso ou o fracasso era uma questão individual, características como o ambiente no qual o indivíduo estivesse inserido eram desconsiderados.

Na Constituição de 88, os direitos sociais foram incorporados e assegurados como responsabilidade do Estado, no entanto ainda há muitas interpretações a respeito de como tais direitos devem ser oferecidos, e de como tais medidas permitem novas reconfigurações estruturais na sociedade. A primeira medida para o alcance desta equidade é o reconhecimento de que “todos são iguais perante a lei” (BRASIL.2001) logo a todos está garantido um tratamento digno que lhe possibilite fazer uso de seus direitos e deveres.

“Direitos sociais abrangem a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (BRASIL,2001). As políticas sociais no Brasil de acordo com Oliveira (2005,p 32) “foram desenvolvidas em um contexto de muita contradição, marcado pela desigualdade no acesso e na extensão”. De acordo com ele, essas políticas tiveram um desenvolvimento tardio quando comparada com países com situação econômica semelhante à do Brasil.

Passione e Perez(2013) explicam que no Brasil o processo de construção democrática ocorreu de forma contraditória e ambígua, cultural,política e institucionalmente. A reflexão sobre esse processo ajuda na compreensão da função de mediação das práticas sociais nas políticas públicas. “Isso implica fazer um breve retorno à história do desenvolvimento político do Estado brasileiro, sua relação com a oferta de políticas sociais e o reconhecimento dos

direitos de cidadania” (PASSIONE; PEREZ, 2013, p3). Já para Santos e Amaral (2010, p.2) “as políticas sociais são um segmento historicamente construído das políticas públicas, e são necessárias à concretização da cidadania, pois seu objeto são os direitos sociais”.

Na opinião dos autores:

Tais direitos possuem como referência o Estado de Bem-Estar Social, e são formas de resolução de problemas políticos e tensões correntes das desigualdades na distribuição dos bens sociais, que são próprias da economia capitalista. Sendo assim, é determinante reconhecer a importância de se pensar as políticas sociais como algo a ser construído por vários atores, valorizando múltiplas interpretações da realidade.

1.1 Formulação de um problema pesquisa

De que maneira a abordagem intersetorial pode contribuir na formulação das políticas sociais?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar como as políticas sociais estão relacionadas e a importância da realização de um trabalho com perspectiva horizontal

1.2.2 Objetivos específicos

- Discutir o conceito de intersetorialidade;
- Descrever conceitos sobre políticas sociais;
- Descrever algumas áreas de atuação das políticas sociais e como estão relacionadas;

2. Metodologia da pesquisa bibliográfica

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, foi realizada pesquisa eletrônica Scielo, no portal CAPES. Neste portal foram utilizados os seguintes critérios: textos publicados a partir do ano de 2000, utilização das palavras-chave: políticas sociais, educação, lazer, cultura, segurança pública, meio ambiente, cultura, moradia, lazer, renda e intersetorialidade. No caso da saúde, a pesquisa expandiu para o final da década de 90, para verificar se ocorreu alguma mudança nas práticas. Foram incluído também livros, revistas científicas, Constituição Federal, Lei nº9394/96 e Declaração dos Direitos Universais.

3.Resultado da pesquisa bibliográfica

A partir do levantamento realizado no banco de dados da Scielo, onde o critério inicial, após a utilização da palavra chave intersectorialidade, foi utilizar como filtro textos de origem brasileira. Na área temática saúde pública saúde pública contém mais publicações: 99, seguido da temática educação 16. Pela quantidade de publicações o termo tem sido tratado com mais frequência nos últimos anos. O ano que mais teve publicação foi em 2014. Sendo Inojosa e Junqueira os autores com maior prevalência em citações nos artigo encontrados.

Ano de publicação

Ano	Publicações
1997	03
1998	02
2000	04
2002	03
2003	07
2004	11
2005	03
2006	08
2007	12
2008	05
2009	14
2010	13
2011	23
2012	22
2013	30
2014	47
2015	23
2016	18

Com relação aos textos trabalhados selecionados verificou-se que a intersectorialidade está muito presente na discussão de políticas públicas, saúde e educação. No setor de saúde inclusive a ideias á está muito presente e foram encontrados estudos de casos sobre sua aplicabilidade. Um exemplo de um dos artigos verificados foi o artigo sobre a Análise da Intersectorialidade no Programa Saúde na Escola que não foi utilizado, mas que contribuiu para enriquecer o conhecimento sobre o assunto. Foi detectado que houve prevalência de textos dos anos de 2013, 2005,2009 e 2010. Sendo que a facilidade de encontrar texto sobre saúde e maior dificuldade em lazer. Ao colocar como palavra chave intersectorialidade e lazer foram localizados 7 artigos, sendo que em sua maioria dando ênfase à saúde, ou seja, apesar do Lazer ter um significado amplo e um grande potencial como instrumento de integração,

poucos estudos a respeito da sua contribuição na intersectorialidade foi realizado. Já relacionando intersectorialidade e educação foram encontrados 65 artigos, contudo a saúde ainda tinha mais produções. Nas outras políticas sociais foi possível detectar que os autores sempre destacam a necessidade de adotar uma postura mais horizontal, no sentido de construir elos de ligação entre as políticas como no caso por exemplo, da segurança e da renda.

Com relação à Constituição e a Declaração Dos Direitos Universais foram fundamentais para entender a origem das políticas sociais e toda a história da sua introdução na Carta Magna como um direito que foi reconhecido através de reivindicações e como foi importante legitimar a participação popular na construção de um novo modelo de nação. A contribuição de Faleiros também foi muito enriquecedora, principalmente quando ele expõe as diferentes visões sobre a política social, permitindo a reflexão sobre a importância do papel do Estado.

3.1 Intersectorialidade

Inojosa (2001 apud PEREIRA; TEIXEIRA, 2013, p. 122) afirma que intersectorialidade pode ser entendida como uma “articulação de saberes e experiências com vistas ao planejamento, para a realização e avaliação de políticas, programas e projetos, com o objetivo de alcançar resultados sinérgicos em situações complexas”. Já Junqueira (2004, p.2):

Incorpora a ideia de integração, de território, de equidade, enfim dos direitos sociais; é uma nova maneira de abordar os problemas sociais. Cada política social encaminha a seu modo uma solução, sem considerar o cidadão na sua totalidade e nem a ação das outras políticas sociais, que também estão buscando a melhoria da qualidade de vida.

“A intersectorialidade é a articulação entre sujeitos de setores diversos, com diferentes saberes e poderes com vistas a enfrentar problemas complexos” (Feuerwerker; Costa, 2000, apud WARSCHAUER; CARVALHO, 2014, p.2) De acordo com o ponto de vista dos autores o conceito está sendo construído dada à insatisfação com as soluções apresentadas aos problemas complexos.

A abordagem intersectorial estimula novas produções através da interação entre as várias perspectivas teórico-metodológicas, que valoriza a subjetividade na formulação de novas produções científicas. Na formulação de políticas públicas é fundamental o diálogo entre os mais variados setores da sociedade, pois isto contribui para romper com a visão tecnocrata de planejamento, sem a participação de outros setores da sociedade, tal ato proporciona aos gestores públicos a possibilidade de realizar um trabalho junto com a sociedade, ao valoriza a opinião de outros atores sociais; Ela (Koga 2003, p. 238) “sobressai enquanto caminho de

perspectiva para a política pública, a fim de articular as políticas sociais, urbanas, econômicas de forma a atuarem nos mesmos territórios prioritários da política da cidade”.

Segundo Silva e Rodrigues (2010) analisar os discursos permite entender que para praticar a importância da intersetorialidade para entender os problemas de forma contextualizada, os limites setoriais e os de ações benéficas integradas, e que como é necessário perceber como a impulsiona empenho na procura de novas parcerias para o desenvolvimento de ideias mais efetivas e inovadoras para as complexidades sociais.

De acordo com Junqueira (2000, p.38):

A intersetorialidade vai ao encontro das mudanças paradigmáticas que ocorrem no mundo, onde surgem novas demandas que vão requerendo novas formas de gerir conflitos. Essa realidade complexa e autoproduzida é que permite falar da construção de um saber que não apenas integra as políticas sociais, mas as transcende, bem como suas diferenças e peculiaridades, para formular uma nova prática, um novo saber, que é menos determinado pelo seu objeto do que pelo seu objetivo.

Junqueira (2000) explica também a importância das redes como instrumento de articulação entre os atores sociais. Segundo ele

“nas redes os objetivos definidos coletivamente articulam pessoas, instituições que se comprometem a superar de maneira integrada os problemas sociais. Essas redes são construídas entre seres sociais autônomos que compartilham objetivos que orientam sua ação, respeitando a autonomia e as diferenças de cada membro”(JUNQUEIRA, 2000,p 39).

Monnerat e Souza (2009) afirmam que o planejamento deve traduzir a articulação entre saberes e práticas setoriais, concretizando a síntese de conhecimentos diversos e esperam que esta nova forma de intervenção social exerça influência sobre as “tradicionalis lógicas setoriais”.

3.2.Políticas Sociais

As políticas sociais são designadas por Faleiros (1991, apud PIANA, 2009, p.24) como:

ora são vistas como mecanismos de manutenção da força de trabalho, ora como conquistas dos trabalhadores, ora como arranjos do bloco no poder ou bloco governante, ora como doação das elites dominantes, ora como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão.

Laurell (1989, apud SARRETA, 2009, p. 148-149) descreve as políticas sociais como o “conjunto de medidas e instituições que tem por objetivo o bem-estar e os serviços sociais, para ampliar a cidadania, a inclusão social e política dos indivíduos”. O autor ainda destaca que em uma sociedade desigual, o Estado tem um papel fundamental em agir através de ações

com caráter redistributivo, através do desenvolvendo políticas sociais caráter compensatório e promocional.

A Constituição de 1988 para Andrade (2010, p.89) “apresentou e representou grandes avanços no que se refere aos direitos sociais e às possibilidades de concretização do Estado de Bem- Estar Social”; Destacou também a questão da descentralizar a política administrativa como alternativas que garante a participação civil no processo de elaboração das políticas sociais.

Para Fischmann (2009) a elaboração da Constituição de 88 foi resultante de um processo de lutas e reivindicações realizadas pela sociedade civil em oposição à ditadura. O autor ressalta a influência dos recursos dos documentos internacionais humanos não para garantir a vida dos ativistas mas na elaboração dos dispositivos constitucionais.

Toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social; e pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis, graças ao esforço nacional e à cooperação internacional, da harmonia coma organização e os recursos de casa país. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS).

Trabalhar como a ideia de desenvolvimento como liberdade é dar novo significado ao conceito de desenvolvimento. De acordo com Sen (2010, p.30) o “desenvolvimento econômico apresenta ainda outras dimensões, entre elas a segurança econômica. Com grande frequência, a insegurança econômica pode relacionar-se à ausência de direitos e liberdades democráticas”. Sendo assim, a pobreza e as desigualdades não podem ser encaradas como fenômenos naturais ou como consequência por não adequação às leis de mercado, a participação estatal é condição sine qua non para lidar com as tensões sociais geradas pelo número de oportunidades reduzidas geradas pelas próprias leis de mercado de oferta e procura, sem com isso reduzir os cidadãos à seres destituídos do direito de escolha sobre seu próprio destino.

A constituição de 88 ao ratificar os direitos sociais e estabelecer o compromisso estatal de desenvolver medidas de amparo não só ao trabalhador, mas à todos os cidadãos através do desenvolvimento de um sistema de proteção social que abrange também que não está inserido no mercado de trabalho formal, legitima a soberania popular, através do tratamento igualitário juridicamente; Ao elencar em seus primeiros artigos as questões sociais, e ao apresentar posteriormente no Título VIII, pormenorizando sobre a ordem social, bem estar e justiça social, o Estado visa garantir que o objetivo de erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sejam atendidos. A grande inovação constitucional foi à universalidade dos serviços públicos:

saúde, educação e habitação, por exemplo; Além da definição explícita das responsabilidades do poder público em suas esferas e, para otimizar este processo de consolidação de expansão da cidadania criou-se instrumentos para estimular a participação dos cidadãos como o voto secreto e obrigatório, plebiscito, referendo e iniciativa popular. Foi inovadora no sentido em que desarticulou a oferta de serviços das categorias trabalhistas, universalizando o serviço de saúde, tornando seu acesso universal, ou seja, desvinculada de qualquer categoria sindical com prestação gratuita.

Ribeiro e Junior (2003) entendem que a Constituição de 1988 não só como uma marco na redemocratização brasileira, “mas também a instituição das bases normativas de um regime político no qual a população é amplamente conclamada a ter um papel ativo na gestão pública, especialmente no plano local”.Comparato (1997, apud DUARTE , 2007, p.3) destacam que os dispositivos constitucionais não se limitaram à liberdade individual ou às formas de participação popular nas decisões políticas, mas também no que se refere ao ‘ caráter prestacional” com relação os direitos sociais. O autor elucida que:

Nesse contexto, as leis no seu sentido de normas abstratas gerais, deixam de ser o instrumento por excelência do Estado, uma vez que a promoção de seus objetivos sociais e a realização do princípio democrático, em sua materialidade, demandam intervenções por meio de políticas públicas .(COMPARATO, 1997, p 350 apud DUARTE 2007, p.3)

De acordo como autor a Constituição com essa característica social exigem soluções efetivas,por conseguintes a elaboração de políticas que de fato expanda a participação popular.

3.2.1 Educação

A constituição de 88 tornou a educação um direito social, este reconhecimento teve influência também da Declaração dos Direitos Humanos que em seu artigo 26 dispõe que:

Toda pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório; A educação deve visar a plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais(...) (Declaração Universal dos Direitos Humanos, p.5)

Dourado (2007, p.926) afirma que “desde a redemocratização do país houve mudança acentuadas na educação brasileira de 1988 que garantiu uma concepção ampla de educação e sua inscrição como direito social inalienável, bem como a partilha de responsabilidade entre os entes federados e a vinculação constitucional de recursos para a educação”. Hofling (2001) entende a educação como uma “política pública social, uma política pública de corte social,

de responsabilidade do Estado- mas não pensada somente por seus organismos”. Entende-se então de acordo com os autores, as políticas voltadas para educação oferecidas pelo Estado tem como propósito permitir o letramento de todos os cidadãos, independente de sua condição econômica.

Segundo Paulo Freire, (1973 apud GUZZO, 2005, p.4), “a educação pode dirigir-se a dois caminhos: para contribuir para o processo de emancipação humana, ou para domesticar e ensinar a ser passivo diante da realidade que está posta”. Deste modo, a educação engloba também ter agentes que se posicionem diante da realidade, que optem pela construção de um saber comprometido em refletir sobre o mundo, as relações sócias e os conflitos de classe, que estimule o engajamento no combate à desigualdade.

Ao ressaltar que é um Dever do Estado e da família do dispositivo constitucional percebe-se que o objetivo não é retirar da família a responsabilidade na formação do indivíduo, mas sim de uma atuação cooperativa. Foram criadas também a LDB- Lei das Diretrizes e Bases da Educação e a aprovação da PNE- Plano Nacional da Educação. Um fato interessante é a ênfase na gestão democrática dada no inciso VI do Art 206, ou seja, valoriza a necessidade de inserir os indivíduos em espaços de convivência para aprender as práticas cidadãs.

O processo educativo na visão de Dourado (2007, p.922) sofre interferências do contexto sociocultural, das condições ambientais que ocorre o processo de ensino e aprendizagem, pelos espaços que ocorrem a dinâmica em “se constrói o projeto político-pedagógico e se materializam os processos de organização e gestão da educação básica”.

Educar não uma ação isolada, não se restringe ao ambiente escolar, é um trabalho contínuo, investimento à longo prazo, e os retornos nem sempre quantitativos, permitem não só a formação de mão de obra qualificada, mas de um indivíduo pleno, autônomo e participativo. Arroyo (2010, p.1402) enfatiza que:

As lutas pelo acesso que as lutas pela educação do campo ou pela superação das desigualdades de gênero, de orientação sexual ou as ações do movimento negro por políticas afirmativas, pelo estatuto da igualdade racial no trabalho, no sistema educativo nas diversas instâncias do poder, no judiciário, são lutas eloquentes por justiça e igualdade;

Euzébio Filho e Guzzo (2005) afirmam que quando o sistema educacional reproduz a dinâmica capitalista se realizar qualquer tipo de reflexão, contribui para a manutenção de um estágio de alienação e de reprodução da divisão social do trabalho. Schultz (1964 apud VIANNA; LIMA, 2010, p.5) ressalta que a valorização humana se dá via educação, este tipo de investimento é em capital humano:

. A caracterização da educação se dá por meio do "ensino" e do "aprendizado", sendo que seu significado decorre da extração de algo potencial ou latente de uma pessoa, aperfeiçoando-a, moral e mentalmente, a fim de torná-la suscetível a escolhas individuais e sociais. Preparando-a para uma profissão, por meio de instrução sistemática e exercitando-a na formação de habilidades.

A lei nº9394/96 estabelece que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Logo, o papel da educação incorpora a valorização da identidade nacional através da cultura, do esporte, de atividades que estimulem a valorização da identidade nacional.

A Educação no Cárcere nessa via seria um processo de acessar conhecimentos para aquelas pessoas que estão presas, desenvolvendo-as cognitivamente e socialmente para que possam se reintegrar à sociedade. Essa educação é tanto para a sua escolarização (formação dentro do sistema oficial de ensino) e profissionalização (formação para o mundo do trabalho). A Pedagogia no Cárcere busca investigar as práticas educativas dentro das prisões, no sentido de desvelar se os objetivos estão sendo alcançados e ao mesmo tempo compreender essa práxis educativa; isto porque a pedagogia como ciência da prática educativa precisa “revelar de modo crítico/analítico as contradições sociais, os momentos da alienação na práxis educacional e socializações anteriores, para daí criar as precondições teoricamente para uma revelação prática desta alienação” (PIMENTA, 2001,p.56 apud PEREIRA, 2011, p.46).

Para Corá e Trindade (2015) as práticas intersetoriais na educação asseguram o estímulo da cultura democrática, no sentido que desenvolve o aprendendo de forma horizontal e conectado. Quando se reconhece a necessidade de problematizar o conhecimento surge a oportunidade de desenvolver no ambiente escolar mais ciente do seu papel na sociedade.

3.2.2 Segurança Pública

A segurança pública é um dever do Estado (BRASIL,2001), além da preservação e repressão ao tráfico ilícito de entorpecentes. Um dos grandes desafios atualmente é a atuação dos agentes de segurança em espaços que carecem de toda uma infraestrutura que possibilite aos indivíduos que ali residem fazer uso pleno de suas liberdades individuais e coletivas. A implantação de políticas sociais em ambiente cujo alto índice de violência é elevado, se torna instrumento propulsor de mudança, não só na perspectiva dos jovens, mas na comunidade como um todo. A segurança pública abrange não só o aparato policial, mas também uma séria de medidas preventivas e articuladas com outros setores da sociedade que tornem a prática criminosa menos atrativa. Segundo Carvalho e Silva (2011,p.1) “a segurança pública é

considerada uma demanda social que necessita de estruturas estatais e demais organizações da sociedade para ser efetivada”.

Soares (2003) aponta para a questão dos elementos simbólico afetivos: como a valorização, o acolhimento e pertencimento. Questões essas que envolveriam profissionais a implantação de políticas voltada para segurança concomitante com políticas socioculturais. Tais políticas de intervenção par reduzir a criminalidade e violência devem incorporar de que maneira realizar inserção destes jovens em todos os setores da sociedade.

Com relação ao histórico da segurança pública Saporì (2007, p.109) afirma que “a história das políticas de segurança pública na sociedade brasileira nas últimas décadas se resume a uma série de intervenções governamentais espamódicas, meramente reativas, voltadas para solução imediata de crises que assolam a ordem pública”. A questão das políticas preventivas no início quando não eram desenvolvidas a ponto de envolver diversos setores dentro da própria gestão pública, quando se retomou o Estado democrático.

Um dos grandes avanços no que se refere ao assunto foi a criação de uma Plano Nacional de Segurança Pública que teve como objetivo integrar políticas de segurança, sociais e ações comunitárias, tendo como um de seus princípios a interdisciplinaridade. De acordo com Lopes (2009, p.29) “o plano Nacional de Segurança Pública de 2000 é considerado a primeira política nacional e democrática de segurança focada no estímulo a inovação tecnológica”. O propósito era realizar um aperfeiçoamento no sistema de segurança.

É importante ressaltar o papel da inovação tecnológica na construção de novos canais de comunicação, não só para aumento o controle sobre infratores, mas também para reduzir os índices de criminalidade, mas também para mapear a situação da população carcerária, possíveis novas demandas, os grupos que estão mais vulneráveis à violência e ao aliciamento a prática criminosa. A segurança pública não se restringe a ações preventivas e repressivas, mas também expões a situação de vulnerabilidade econômica e social que determinados grupos estão expostos constantemente, influenciando na opinião público sobre qual tem sido a atuação governo para superar desigualdades regionais e culturais e até mesmo da soberania nacional qual os cidadãos são constantemente ameaçados por grupos que possuem recursos bélicos atuam de forma paralela a existência do Estado

As políticas sociais provocam impacto nas políticas de segurança, quando promovem mudança na forma que a comunidade local interage entre si e com sociedade como um todo tem sobre o papel dos agentes de segurança, quando permitem que pessoas de baixo poder aquisitivo tenham acesso à recursos simbólicos e sejam mais incluídos na sociedade. Lopes (2009) reitera “a relevância da participação de todos os setores da sociedade na criação de

programas de acesso as atividades culturais como uma das possibilidades de aquisição dos ativos sociais”, Desta forma, entende-se que a questão das políticas de segurança pública abrangem diversas ações conjuntas que vão além da coibição da prática criminosa, mas que ofereçam alternativas e perspectivas de mudança.

Soares(2006) entende que o problema de intersetorialidade possui várias dimensões, e tal complexidade exigem a formulação de políticas intersetoriais que detectem as multi-variáveis da raiz de um mesmo problema.

3.2.3 Meio Ambiente

De acordo com o Artigo 225 da Constituição (BRASIL, 2001), todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, dada à necessidade de preservar o solo e as espécies, para a preservação da vida humana. Cuidar do meio ambiente é fundamental não só para expansão para atender aos interesses de grupos ambientalistas, mas de toda a sociedade como um todo. O uso do solo deve estar associado a técnicas que respeitem a diversidade das espécies da fauna e flora, e para isso a criação de leis são insuficientes senão forem acompanhadas da participação popular, no estímulo deste engajamento a escola tem um papel substancial. Como já dito a educação é o instrumento que possibilita a transformação e ajuda na construção de um cidadão mais consciente de seu papel na sociedade, principalmente na preservação ambiental.

De acordo com Pitton (2009) a situação ambiental agravou após a Revolução industrial, porque assim como ocorreram melhorias nas condições de vida, houve também um crescimento populacional e tal crescimento acarretou no aumento da produção de bens de consumo. Já Dias (2000 apud PITTON,2009 p.93) afirmou que, a mídia projeta para o mundo todo e desperta nas pessoas o desejo de “ter” aquilo e “ser” assim, sem que as suas condições econômicas, sociais, políticas, culturais e até ecológicas o permitam. Essa forma de pensar e agir que passou a orientar a conduta das pessoas, com alto poder de pressão para o consumo dos recursos naturais, tem comprometido grande parte das sociedades na maioria dos países.

Durante a Rio-92 foi redigido o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, que estabelece dezesseis princípios fundamentais da educação para as sociedades sustentáveis, enfatizando a necessidade de um pensamento crítico, de um fazer coletivo e solidário, da interdisciplinariedade, da multiplicidade e diversidade. Estabelece igualmente um conjunto de compromissos coletivos para a sociedade

civil planetária. (JACOBI, 2005, p. 242) A convenção da Diversidade Biológica de 92 estabeleceu de que maneira os Estados deveriam atuar para realizar as medidas de conservação, exploração consciente dos recursos naturais. Um dos grandes desafios para as nações tem sido aliar os interesses de grupo econômicos aos interesses de grupos sócio-ambientais. No artigo 3, por exemplo, trata sobre a soberania dos Estados sobre a exploração de seus recursos naturais mas em “conformidade com a Cartada das Nações Unidas e com os princípios de Direito Internacional”.

Para Jacobi (2003) a realidade atual exige uma reflexão cada vez menos linear, ou um intercâmbio entre os saberes e práticas coletivas que criam as identidades e valores, defendendo uma perspectiva de trabalho que privilegia o diálogo entre esses saberes. Pitton (2009, p. 93) destaca que o modelo imposto como meio para atingir o desenvolvimento torna legal a prática de degradação ambiental, tornando a situação “uma situação socioambiental insustentável” . Essa degradação estaria sendo causada porque modelo tem como base obter lucro e aumento de produção utilizando os recursos naturais de forma predatória. Esses danos ambientais refletem em toda a sociedade como um todo, incidindo em problemas de saúde, como por exemplo: problemas respiratórios, doenças cardiovasculares , inversões térmicas . De acordo com o autor (2009, p.94) a figura abaixo apresenta: “a perda da qualidade de vida, por condições inadequadas de moradia, poluição em todas as suas expressões, enfim, em todas as intervenções desastrosas nos mecanismos que sustentam a vida na Terra”.

Figura1: Análise sistêmica do contexto socioambiental

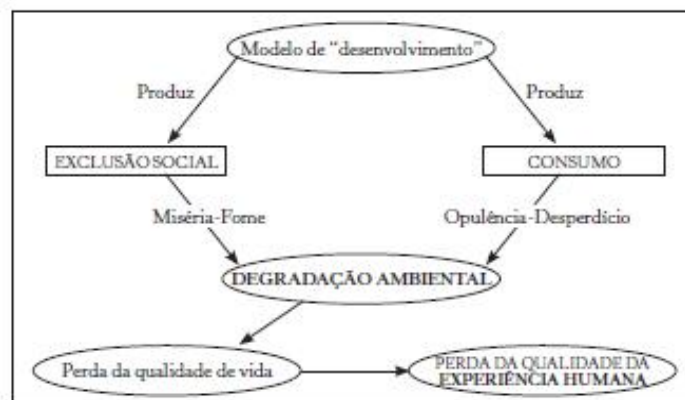


Figura 2: Análise sistêmica do contexto socioambiental.

Fonte: Dias, G. F., 2000.

Fonte: Dias (2000 apud PITTON, 2009,p.94).

“O desenvolvimento sustentável somente pode ser entendido como um processo no qual, de um lado, as restrições mais relevantes estão relacionadas com a exploração dos recursos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e o marco institucional”. (JACOBI, 2003). Tilio Neto, (2010) explica que o esgotamento dos recursos naturais está relacionado a maneira pela qual se dá a exploração, de acordo com o autos o homem consome de forma predatória, para lidar não só com essa questão, ma também com o acúmulo de resíduo propõe a reciclagem. Potting (1995, apud TILIO NETO, 2010, p.14) salienta que “os seres humanos são a única espécie capaz de pôr em perigo ou até mesmo destruir, os ecossistemas dos quais dependem para sua existência”.

Desenvolver novos olhares e novas significações sobre o que se entende de progresso civilizatório para ampliar o nível de consciência ambiental é essencial para estimular a conscientização ambiental, através das articulações indispensáveis e a valorização das práticas tradicionais de uso do solo aliado à tecnologia, para que haja crescimento econômico aliado à sustentabilidade. A política ambiental, segundo Macedo e Oliveira (2005, p.2) “não pode ser separada de uma discussão de valores mais profundos que regem a sociedade humana. Ela demanda mudança profunda de comportamento e da mentalidade de todos os atores, sejam eles pertencentes ao mercado, ao Estado ou à sociedade civil”. Siqueira (2007, p1-2) afirma que a formulação e a implementação de políticas ambientais dependem de uma cadeia de agentes sociais, cujos elos vão desde o Estado e os agentes públicos, a academia e os cientistas, os setores econômicos, os meios de comunicação até a sociedade civil organizada e a população em geral.

Portanto, o sentido de meio ambiente é extenso, as políticas sociais voltadas para o meio ambiente atingem inúmeros setores existindo um conflito de interesses sobre a forma que precisa ser estabelecida. A intersectorialidade contribuiria na mediação destes conflitos, entre os que acreditam que é irrelevante o comportamento predatório e aqueles que defendem a ampliação da consciência ambiental.

3.2.4 Cultura

O exercício pleno da cidadania só ocorre quando o indivíduo adquire uma formação que ofereça meios para exigir a consecução de seus direitos e a conscientização de seus deveres e neste percurso não há desvincular educação de cultura, cultura de políticas sociais e políticas sociais de estímulo à produção de mecanismo que promovam a justiça social.

O desenvolvimento cultural de um povo é representando por sua civilização e corresponde também às transformações nas técnicas dominadas, nas relações sociais estabelecidas, nos fatores econômicos e de criação artística, acumuladas ao longo do tempo. Todo esse progresso e evolução nos diversos setores da vida social culminaram, de acordo com o autor, em uma civilização efêmera que, muitas vezes, pouco contribui para o avanço intelectual, sociocultural e econômico, interferindo sobremaneira na identidade cultural das sociedades modernas. (GONÇALVES, 2015, p.1).

As políticas culturais cumprem um papel de extrema importância ao colaborar na criação de uma identidade nacional, valorização da diversidade étnica, religiosa e regional, além de terem um papel fundamental não só na valorização de novas produções culturais, mas também permitindo a produção de novas formas de interação humana, rupturas com a visão multifacetada do que é a produção cultural. Boaventura (2009, p.260) salienta que “a política cultural, além do aspecto religioso, popular ou erudito, deverá ser vista pela sua dimensão social”.

As ações de fomentos voltadas para as atividades culturais relacionam com vários outros setores na gestão pública, porque tais ações englobam um conjunto de itens que resgatam não só a memória, mas permitem entender e refletir de que maneira a sociedade foi construída. Boaventura (2009, p.263) “ao relacionar cultura como política social, é preciso dar ênfase ao problema da participação. Cultura não é erudição – “é antes tecnologia patrimonial, arte de sobrevivência, rastro criativo da história”. Não há comunidade que não apresente tais aspectos. Toda região, como tal concebida, tem sua marca, possui identidade cultural própria, por mais pobre que seja”.

As manifestações culturais produzem efeitos em vários setores, estimulam o turismo, impulsionando a contratação de mão-de-obra e a valorização da produção local de artefatos especificamente regionais. Para Guerra e Silva (2012, p.229) “as políticas culturais podem atuar, portanto, no sentido de garantir o respeito e as condições de existência e expressão das culturas das diversas coletividades colocadas em relação, contribuindo para combater o imperialismo e o colonialismo cultural em qualquer nível”.

Um grande avanço na área cultura e educacional foi a Lei 10.639, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências”, que é o reconhecimento s contribuição africana em vários setores na sociedade, contribuições essas que vão além do esporte, música e dança.

A cultura engloba também o reconhecimento da diversidade. A cultura para Unesco (2006, apud CHIRIBOGA,2006, p.2) deixou de ser unicamente uma acumulação de obras e conhecimentos produzidos por uma determinada sociedade e não se limita ao acesso aos bens culturais, mas é, ao mesmo tempo, uma exigência de um modo de vida, que abrange também o sistema educativo, os meios de difusão, as indústrias culturais e o direito à informação.

A conservação se refere à proteção das tradições vinculadas à cultura tradicional e popular de seus portadores, segundo o entendimento de que cada povo tem direitos sobre sua cultura e de que sua adesão a essa cultura pode perder o vigor sob a influência da cultura industrializada difundida pelos meios de comunicação de massa. Por isso, é necessário adotar medidas para garantir do Estado o apoio econômico das tradições vinculadas à cultura tradicional e popular, tanto no interior das comunidades que as produzem quanto fora delas. (...) Deve-se sensibilizar a população para a importância da cultura tradicional e popular como elemento da identidade cultural. Para que se tome consciência do valor da cultura tradicional e popular e da necessidade de conservá-la, é essencial proceder a uma ampla difusão dos elementos que constituem esse patrimônio cultural. Numa difusão desse tipo, contudo, deve-se evitar toda deformação a fim de salvaguardar a integridade das tradições (Unesco, 1989, apud ALVES, 2010, p.5).

A cultura engloba, identidade, valorização histórica, elemento que estimula a integração, principalmente numa sociedade multicultural e diversa como a brasileira. Tem um papel fundamental no reconhecimento e valorização dessas diversidades, através de uma abordagem horizontal, sem sobrepor uma cultura à outra, pois entende que não existe hierarquia entre elas, mas busca torná-las acessíveis de fácil entendimento entre grupos múltiplos.

3.2.5 Saúde

De acordo com Carvalho (2013, p.1):

A história dos cuidados com saúde do brasileiro passa, necessariamente, pela filantropia. Mais ainda pelo cunho filantrópico religioso, a caridade. As pessoas eram atendidas pelas instituições e médicos filantropos. Paralelamente a isso, o Estado fazia algumas ações de saúde diante de epidemias, como ações de vacinação e/ou de saneamento básico. Assim ocorreu no final do século XIX e início do XX com o saneamento do Rio de Janeiro e a grande campanha de vacinação contra varíola. O Estado cuidava também da intervenção em algumas doenças negligenciadas como a doença mental, a hanseníase, a tuberculose e outras. Só mais tarde começa o atendimento às emergências e às internações gerais. A partir de 1923, com a Lei Elói Chaves, a saúde dos trabalhadores atrelada à previdência passa a ser componente de um sistema para os trabalhadores. De início, as caixas de pensão, depois, os institutos e, finalmente, o grande instituto congregador de todos: o INPS.

Um dos grandes avanços no que diz respeito a saúde é o fato de o conceito não estar mais associado à filantropia, ou apenas um que questão sanitaristas, mas uma demanda que não se limita a não doença, mas a fatores que provocam efeitos no organismo. A obrigatoriedade do Estado através da Constituição e da Universalização é o que permite entender a saúde como um direito, logo como algo que não pode ser mensurado, todos devem ter acesso independente de raça, cor, credo ou orientação sexual. “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. (BRASIL, 2001).

Cordeiro (1997, p.42) destaca que “política de saúde não se resume à política oficial ou institucional de saúde, dos aparelhos de Estado”. Segundo o autor, existem políticas de saúde que podem ser formuladas pelo mais diversos grupos: corporativos/ empresariais ou ligados aos movimentos sociais que pressionam para terem suas demandas atendidas, para gerir é fundamental entender que as políticas de saúde não estão isentas da disputa de poder, das interferências dos atores sociais e da necessidade de operacionalizar através do diálogo permanente.

É interessante resgatar os estudos de Behring e Boschetti (2006 apud SARRETA,2009, p.133) “a respeito do caráter histórico-estrutural das políticas sociais, que procuram desvendar suas características e determinações – econômicas, sociais, políticas, culturais – e apontar alguns momentos que influenciaram e determinaram a própria concepção de saúde que se tem hoje”. Essa análise procura, ao mesmo tempo, conhecer o papel do Estado e os interesses envolvidos na regulamentação e desenvolvimento das políticas públicas e os caminhos adotados em sua efetivação, para, desta maneira, desvendar o significado real da política de saúde para os sujeitos envolvidos e compreender a articulação dessas situações sobre a vida humana em que predomina o econômico.

Então, uma das ideias básicas do SUS, do nosso sistema público, é que ele é universal, ou seja, todos têm o mesmo direito. Isso é uma coisa que pode parecer óbvia, que não mereceria nenhuma ênfase ou maior detalhamento, mas na verdade nem sempre foi assim. Antes do SUS, algumas pessoas tinham direito à previdência social e ao INAMPS e outras não tinham nenhum direito. As pessoas sem direitos eram atendidas pelo sistema, como caridade. As organizações filantrópicas ou sem finalidades lucrativas exerciam um papel de grande

importância na atenção a essas pessoas que eram classificadas ou denominadas como indigentes. (SOUZA, 2008, p.766).

Machado e Porto (2003) evidenciam que a medicina social questiona o modelo restrito às ações intra-setoriais. Os autores destacam também que as ciências sociais e humanas passaram a fazer parte nas análises sobre a saúde pública.

Os princípios de construção do SUS desenvolveram-se à luz dessa visão: a melhora da qualidade de vida e saúde da população não se limita apenas ao sistema de saúde em si, mas depende de como a sociedade se organiza e prioriza suas necessidades. É preciso universalizar a Saúde, descentralizar suas ações e abrir a gestão do sistema à participação da população. Muitos avanços têm ocorrido desde então, em especial com a criação dos conselhos de saúde, nos três níveis de gestão, e com o processo de preparação e realização das Conferências Nacionais de Saúde (MACHADO; PORTO, 2003, p. 2).

Há varias fatores que influenciam na saúde, fatores estes que englobam questões como moradia, saneamento básico, econômicos, entre outros, tais fatores são designados por Buss e Filho (2007) como “determinantes sociais de saúde”. E sobre os determinantes sociais de saúde, Buss e Pellegrini Filho (2007, p.82) destacam que há várias abordagens para o estudo dos mecanismos através dos quais os DSS provocam as iniquidades de saúde:

A primeira delas, privilegia os “aspectos físico-materiais”, na produção da saúde e da doença, entendendo que as diferenças de renda influenciam a saúde pela escassez de recursos dos indivíduos e pela ausência de investimentos em infra-estrutura comunitária (educação, transporte, saneamento, habitação, serviços de saúde etc.), decorrentes de processos econômicos e de decisões políticas. Outro enfoque privilegia os “fatores psicossociais”, explorando as relações entre percepções de desigualdades sociais, mecanismos psicobiológicos e situação de saúde, com base no conceito de que as percepções e as experiências de pessoas em sociedades desiguais provocam estresse e prejuízos à saúde. Os enfoques “ecossociais” e os chamados “enfoques multiníveis” buscam integrar as abordagens individuais e grupais, sociais e biológicas numa perspectiva dinâmica, histórica e ecológica. (BUSS; PELLEGRINI FILHO 2007, p.82)

O modelo de Dahlgren e Whitehead inclui os DSS dispostos em diferentes camadas, desde uma camada mais próxima dos determinantes individuais até uma camada distal, onde se situam os macrodeterminantes. Apesar da facilidade da visualização gráfica dos DSS e sua distribuição em camadas, segundo seu nível de abrangência, o modelo não pretende explicar com detalhes as relações e mediações entre os diversos níveis e a gênese das iniquidades. (BUSS e PELLEGRINI FILHO, 2007, p. 83).

Segundo Buss e Pellegrini Filho (2007) na Figura 2, os indivíduos ficam na base com suas características: idade, sexo e fatores genéticos. Tais fatores influenciariam na saúde. Na camada seguinte tem o comportamento e o estilo de vida individual, ela está posicionada entre fatores individuais e DSS, porque em alguns casos o comportamento é entendido como uma

responsabilidade individual ou como DSS já que estão condicionadas por determinantes sociais

Figura 2 - Determinantes sociais: modelo de Dahlgren e Whitehead



Fonte: Dahlgren e Whitehead (2000 apud BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007, p. 84)

“A promoção da saúde, entendida como uma das estratégias de produção social de saúde, deve estar articulada e permear políticas públicas e tecnologias a serem implantadas e pressupões a interação entre o setor sanitário e os demais setores da sociedade, entre o indivíduo e seu meio, produzindo uma rede de co-responsabilidade pelo bem-estar global”(MORETTI, 2009, p.348). Para Noronha e Pereira (2013, p 27-28):

são necessários atores estratégicos para o sucesso na implantação de uma política de saúde que faça cumprir a universalidade e equidade inscritas no texto; A política de saúde deveria ser reorientada para interferir em prol de uma proteção social que defenda os interesses públicos, baseada em princípios solidários. Para isso é preciso uma política que proteja os objetivos do SUS, mesmo que mantendo híbrido o sistema de saúde brasileiro, mas tornando-o mais voltado para as necessidades de uma proteção social solidária e menos desigual.

No tocante a essa política de saúde, pode-se perceber que a abordagem intersetorial é indispensável no desenvolvimento das políticas sociais que contemplem as reivindicações da sociedade, demandas estas que no caso da saúde não se restringem á área hospital.

3.2.6 Moradia

O êxodo rural provocou um grande inchaço nos grandes centros urbanos, essa explosão demográfica não foi acompanhada inicialmente de uma política habitacional. A questão da moradia era resolvida individualmente. Priori et al.(2015) destacam que o modelo agro-exportador entrou em crise e isso provocou uma mudança no modelo de gestão adotado então no país, e neste período de transição a característica do desenvolvimento econômico passou a ser o desenvolvimentista, onde havia o interesse na criação de estruturas de base que favorecem o desenvolvimento de indústrias contudo as reformas urbanas, não atenderam o campo no sentido de oferecer condições de trabalho satisfatórias.

O interesse pela industrialização e o anseio em aumentar a produção nacional resultaram no processo de modernização da agricultura brasileira nos anos de 1960, culminando na manutenção dos problemas no campo e a existência de conflitos localizados pela posse da terra. PRIORI et al. (2012,p.115)

Rolnik (2006, p.199) evidencia que:

os excluídos do marco regulatório e dos sistemas financeiros formais, os assentamentos irregulares se multiplicaram em terrenos frágeis ou em áreas não passíveis de urbanização, como encostas íngremes e áreas inundáveis, além de constituir vastas franjas de expansão periférica sobre zonas rurais, eternamente desprovidas das infraestruturas, equipamentos e serviços que caracterizam a urbanidade

O mercado não absorveu a mão de obra abundante, resultante da transferência do campo para a cidade e nem as políticas habitacionais, além dos problemas no campo com relação a posse da terra, passou a ter também problemas com relação à moradia nos grandes centros urbanos.

De acordo com Oliveira e Pedlowski(2012) o sistema urbano brasileiro teve como característica uma herança colonial e hierarquia social, esse sistema foi construído subjugado às influências do mundo rural, no que refere à decisões políticas e econômicas.

Bonduki(2008) afirma que a criação do BNH em 64 foi uma resposta do governo militar à urbanização acelerada, à crise de moradia principalmente entre as classes populares, o que estimulou o setor da construção civil.

Contudo, indiferente à diversidade existente num país de dimensões continentais, o BNH desconsiderou as peculiaridades de cada região, não levando em conta aspectos culturais, ambientais e de contexto urbano, reproduzindo à exaustão modelos padronizados. A crise do modelo econômico implementado pelo regime militar, a partir do início dos anos 80, gerou recessão, inflação, desemprego e queda dos níveis salariais (BONDUKI, 2008, p 74-75).

De acordo com Bonduki (2008) o modelo aplicado na criação do BNH passou por uma crise justamente por ter sido pensado e implantado desconsiderando a diversidade. Diversidade esta que permanece e aumenta com o desenvolvimento tecnológico. Cada região tinha e têm

suas peculiaridades e suas demandas pontuais e é por isso que a articulação entre os atores sociais são necessárias para que essas divergências sejam tranalhadas no momento da formulação.

Tonella(2013,p.2) destaca que “as lutas sociais articuladas em torno da derrubada do regime militar ao longo dos anos, de 1970 a início de 1980, contribuíram para que a questão urbana ganhasse a cena política”. Ocorrerem várias articulações e insusrgências para que fosse elaborado a Proposta para a Assembléia Nacional Constituinte em 86, inclusive sobre a questão da reforma urbana.

Para Raichelis (2006) a base dos movimentos sociais da sociedade brasileira é a questão social. Esses movimento questionam a distribuição da riqueza nacional, a oferta dos serviços público de maneira geral. A mobilização gira em torno das demandas de saúde, trabalho, educação, habitação,e também o a cesso das classes populares no processo decisório.

As complexas mediações sociais, com clivagens de classe, gênero, étnico-raciais, geracionais fazem da *questão social* um fenômeno complexo e multifacetado, que é historicamente produzido e assume novas configurações e determinações no contexto atual de reestruturação da economia mundial. RAICHELIS (2006, p.3)

Holz e Monteiro(2008) destacam que a questão da ilegalidade urbana tem maior incidência entre as classes que se encontram em situação de vulnerabilidade econômica, e ressalta a importâncias das esferas governamentais agirem de forma conjunta para criar as soluções.

Diante da crescente ilegalidade urbana, atingindo em especial a população mais carente, a Constituição impõe que as três esferas do poder ajam conjuntamente para buscar a solução do problema. O Estatuto da Cidade é posteriormente criado para regulamentar as determinações impostas e permitir que os Municípios implantem os instrumentos de regularização. Tendo em conta que esta realidade atinge milhões de brasileiros e que estes já estão ocupando um espaço urbano e que não há possibilidade de construção de “novas” casas para todos que vivem em situação precária e ilegal, a regularização fundiária passa a ser o centro dos programas habitacionais sociais, onde ocorre a legalização urbanística e jurídica das ocupações, garantindo os preceitos constitucionais da função social da propriedade e direito fundamental à moradia. (HOLZ; MONTEIRO, 2008, p. 9).

Mastrodi e Silva (2012) atentam para fato de que o direito de moradia tem sentido amplo, não é apenas o espaço físico, mas também um local que ofereça os recursos necessários para que o indivíduo faça uso de outros direitos e também cumpra com seus deveres. Não se restringe a alocar pessoas, porque pessoas não são recursos, e promover ações que garantam sua integridade física e mental. Por isso que moradia não é só um direito social isolado de outras políticas públicas, envolve direitos humanos, segurança pública, saúde, educação e lazer.

Além da segurança à moradia, é garantida a proteção ao relento, um tamanho adequado do local para evitar insalubridade e a miséria. Este direito também assegura que o morador tenha a posse tranquila e pacífica de seu bem. A moradia deve também estar localizada em um local seguro, onde seja possível o morador entrar e sair de sua casa sem perigo, sem prejuízo a seus bens materiais ou a sua vida. É essencial que seja perto de seu trabalho ou de fácil acesso. O local, ainda, tem que ser acessível a serviços públicos, como água tratada, esgoto, iluminação pública, energia elétrica e qualquer outra infraestrutura que o Estado disponibiliza nas cidades. (MASTRODI; SILVA,2012, p.155).

A atuação estatal para Mastrodi e Silva (2012) deve ser abrangente para contemplar um problema que tem inúmeras variáveis, porque o sentido é vasto. A resolução de um de forma isolada só resultaria e posteriores novas demandas. Sendo assim, a abordagem intersectorial contempla essa variedade de sentidos que a moradia possui, porque não há como realizar políticas habitacionais, que não incorporem infra-estrutura, ou transporte. Além de outras políticas sociais que também estão associadas à moradia.

3.2.7 Lazer

O lazer abrange muitas atividades, desde políticas culturais ao esporte. Nos artigos analisados não foi raro encontrar ambas articuladas, no entanto o lazer abrange outras políticas sociais. O Artigo 227 da CF 88 cita o lazer como um direito que deve ser proporcionado pelo Estado, família e sociedade. Rodrigues (2007, p.14) “ênfatiza que o esporte e o lazer vêm ganhando importância enquanto políticas públicas há bem pouco tempo”. A partir dos anos 90 é período em que pesquisas e livros abordando esta temática aparecem com mais consistência e diversidade, trazendo consigo um número cada vez mais crescente de experiências nos setores públicas nos âmbitos municipal, estadual e federal. Falar em políticas de esporte, lazer, cultura e educação é, sem sombra de dúvida, falar em desenvolvimento humano, qualidade de vida. Quando alcançarmos os objetivos mais gerais destas áreas como a garantia do acesso, a qualidade da universalidade, certamente teremos contribuído significativamente para o desenvolvimento do cidadão brasileiro.

São programas de lazer que incluem uma gama de atividades e processos socializantes e lúdicos voltados para o desenvolvimento de relações, descanso, divertimento e habilidades para a vida coletiva, familiar e comunitária. As famílias necessitam de programas que lhes dêem significado à existência cotidiana, e não apenas atuem a nível das suas condições materiais de vida (CARVALHO, 2000 apud ZINGONI,2009, p.26)

Aguileta (2000 apud PEREZ et al., 2005, p.3) conceitua as atividades de lazer como atividades “culturais em seu sentido amplo, que se distinguem pela conjunção *sui generis* entre tempo (disponível) e propensão (busca pelo Prazer/satisfação)”. As atividades de lazer, na visão de Aguileta (2005, p.3) o lazer pode ser visto como um “ mecanismo de homogeneização ou difusor/reprodutor do status quo”, ou seja, entendendo lazer como atividades culturais, essas atividades possibilitam a criação de um sentimento de pertencimento a um grupo, ou como um elemento de distinção: uma atividade de lazer consumida por uma parte da sociedade, ou como um elemento que viabiliza a criação de redes de sociabilidade por que também tem como característica educar ou permitir a reflexão. Já para Bramante (1992 apud OLIVEIRA et al, 2013, p.3) o “significado de lazer deve ser debatido tanto no âmbito do senso comum no caso da própria universidade para que todos possam compreender sua importância na vida do indivíduo e da coletividade na sociedade contemporânea”, isto é um política social que tem um sentido abrangente, que engloba desde atividades lúdicas, desportivas ou educacionais à ações de intervenção que visem coibir a violência, o crime.

As políticas públicas na visão de Farias(2003, p.35 apud MELO e PERES,2005, p.148) de cultura “devem, urgentemente, estimular o debate, as experiências e as vivências sobre valores e paradigmas, o comportamento e sociabilidades urbanas, enfim, caminhos da construção do desenvolvimento humano e de uma cultura que tenha no seu horizonte o direito à vida em todas as suas manifestações”. Matsudo (2009, p.3) “ratifica que a atividade física regular tem um papel fundamental na prevenção e controle das doenças crônicas não transmissíveis, melhor mobilidade, capacidade funcional e qualidade de vida durante o envelhecimento”. Ou seja, atividades de lazer também podem ser utilizadas como políticas de saúde preventiva quando adota com metodologia de trabalho uma perspectiva intersetorial.

3.2.8 Renda

A moeda de troca que o homem possui no Estado que tem como característica uma economia de mercado é oferecer sua força de trabalho como troca na obtenção de recursos; O que deu a renda um papel de destaque no que se refere a obtenção e/ou utilização de bens e recursos, por isso a renda é considerada um direito social. O Art. 23 da Declaração dos Direitos Humanos reconhece o trabalho como um direito. Visto que meio que o indivíduo encontra para prover suas necessidades e de sua família.

O rendimento está associado ao nível de escolaridade, por isso muitos autores defendem que a alternativa de mudança na sociedade é através do investimento na educação, tendo como característica a grande desigualdade foram criados mecanismo para atenuar tal

fenômeno como as transferências de renda. “O sistema educacional assume, portanto, um papel fundamental na manutenção da alienação e da divisão social do trabalho, na medida em que as escolas têm se configurado como um espaço estratégico de convivência social, pautada pela reprodução da dinâmica da sociedade capitalista” (GUZZO; EUZÉBIOS FILHO, 2005, p.2.) A adoção de uma política de renda mínima no Brasil, de acordo com Ramos (1998 apud DINIZ, 2007,p.5) vem sendo justificada a partir de três argumentações:

A primeira delas é que um programa desta natureza romperia com a prática amplamente disseminada na política brasileira, de intermediação, pelos políticos profissionais, dos benefícios sociais de caráter estatal. Um dos desdobramentos de uma renda mínima garantida seria uma contribuição às mudanças nas práticas políticas e à democracia, na medida em que a utilização pessoal ou partidária de recursos públicos deixaria de ser uma ferramenta de campanha eleitoral. Em segundo lugar, as pessoas que estão fora do mercado formal de trabalho passariam a ter acesso a, pelo menos, um benefício mínimo. Por fim, a renda mínima poderia se tornar um instrumento de distribuição de renda.

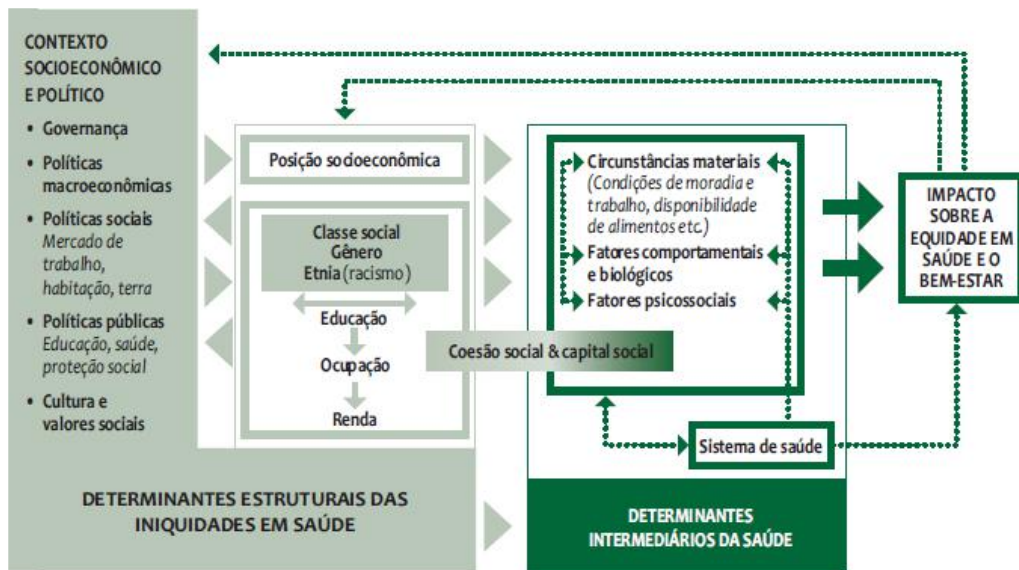
Para Carnellosi e Bernardes(2014, p.290) os programas de transferência de renda se tornaram em estratégias substancial para enfrentar a pobreza, destacam ainda que este programas “se constituíram nos últimos anos na expressão máxima de política social em muitos países latino-americanos”.Pobreza de acordo com Gomes e Pereira (2005) não se limita a falta de recursos financeiros, engloba também o fato do indivíduo não receber o suficiente para ter acesso a bens de uso coletivo como água, luz, saúde, moradia. Tanto a falta de renda quanto a indisponibilidade de uma renda mínima impede fazer uso de outras políticas sociais.

A situação socioeconômica é o fator que mais tem contribuído para a desestruturação da família, repercutindo diretamente e de forma vil nos mais vulneráveis desse grupo: os filhos, vítimas da injustiça social, se vêem ameaçados e violados em seus direitos fundamentais. A pobreza, a miséria, a falta de perspectiva de um projeto existencial que vislumbre a melhoria da qualidade de vida, impõe a toda a família uma luta desigual e desumana pela sobrevivência (GOMES; PEREIRA, 2005, p.360).

As condições econômicas e sociais na visão de Carvalho (2013,p 19-20) impactam na condição de saúde da população. O autor elucida que as condições nas quais as pessoas estão submetidas devido às restrições sociais ou econômicas podem deixá-las numa condição de vulnerabilidade no que se refere ao contágio ou propagação de doenças. “Esse conjunto é denominado “determinantes sociais da saúde”, um termo que resume os determinantes sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais da saúde”

No quadro abaixo os determinantes estruturais compreendem a distribuição de renda, o preconceito baseado em valores relativos a gênero e etnia, e os determinantes intermediários configuram-se nas condições de vida, nos aspectos psicossociais, nos elementos comportamentais e/ ou biológicos e no próprio sistema de saúde. (OMS, 2011 apud CARVALHO 2013, p.20). De acordo com a OMS a falta ou renda insuficiente afeta a saúde do indivíduo, renda também é um caso de saúde pública.

Figura.03: Marco conceitual dos determinantes sociais da saúde



Fonte: SOLAR & IRWIN, 2010 apud CARVALHO 2013, p 20

Neste modelo, os determinantes estruturais compreendem a distribuição de renda, o preconceito baseado em valores relativos a gênero e etnia, e os determinantes intermediários configuram-se nas condições de vida, nos aspectos psicossociais, nos elementos comportamentais e/ ou biológicos e no próprio sistema de saúde (CARVALHO, 2013). Adotar a abordagem intersetorial nas políticas de renda é reconhecer que os mecanismos de fomentação ou de transferência de renda podem produzir efeitos mais duradouros quando acompanhados de outras políticas que integrem o cidadão na sociedade como um todo, gerando não só emprego, mas uma mudança na relação do indivíduo com a coletividade como um todo.

4. Considerações finais

A intersectorialidade é uma alternativa ao gestor público que tem como objetivo obter uma visão abrangente do problema, através da valorização da análise subjetiva das múltiplas experiências, permite a expansão da participação de mais atores sociais interessados no atendimento das demandas. Os textos apresentados demonstraram que a construção coletiva, permite o intercâmbio de soluções, a inovação, a descentralização das decisões e a expansão da cidadania. As questões sociais devem ser encaradas como elementos centrais na elaboração de propostas que visem estimular o crescimento econômico.

A valorização da subjetividade no sentido de entender os impactos causados pelas ações públicas viabiliza o surgimento de novas soluções, capazes de atender a essa pluralidade. Acompanhar o surgimento das novas demandas permite o gestor formular as políticas públicas inclusivas, para isso é importante também uma postura empática às diversas interpretações e soluções que podem surgir para um mesmo problema. estar aberto ao diálogo é fundamental para promover uma mudança de perspectiva de como planejar quaisquer políticas públicas, adequando-as à realidade sociocultural e econômica de cada localidade. A adoção de uma metodologia de trabalho que valorize a intersectorialidade é um desafio porque requer uma mudança na prática de atuação do gestor público.

Os avanços conquistados no que se refere aos direitos sociais, na Magna Carta demonstram que estes direitos não se limitam a uma área de atuação, englobam moradia, lazer, educação, por exemplo. Sendo necessário reconhecer que as questões econômicas, sociais e históricas estão imbricadas, não existindo a possibilidade de desconsiderar os agentes externos que podem influenciar na implantação de algum plano de ação, ou seja entender a dinâmica sócio-espacial é de extrema relevância, uma vez que não há como controlar todas as variáveis, integrar os recortes sociais elaborados pelas pessoas que estão inseridos em grupos distintos ajudar na apreensão da realidade. A inclusão social ocorre também quando se permite que os cidadãos participem do processo de tomada de decisão, quando se entende que eles também são atores sociais que influenciam na implantação das políticas públicas como um todo.

No tópico sobre educação, por exemplo, os autores destacam como a expansão do ensino contribui para formar indivíduos independentes, que entendam seu papel na sociedade. Porém educação não se restringe ao ambiente escolar, incorporam também a visão do próprio ser tem sobre o mundo e as coisas, a intersectorialidade do ensino não corrompe a peculiaridade de cada disciplina, mas permite relacioná-las, fazendo o indivíduo desenvolver sua capacidade

crítica. Educação envolve respeito ao meio ambiente: com relação ao meio ambiente pode ser falar de habitação e sobre as formas de ocupação e utilização do solo, e de reforma agrária valorização. Educação também trata das às múltiplas expressões culturais e como trabalhar o assunto desenvolvendo uma nova percepção sobre a diversidade de gênero, de raça e de religião. Política educacional está relacionada com direitos humanos, com cidade, com geração de renda, quando o indivíduo recebe capacitação para o mercado de trabalho.

Não existe política social de segurança pública, sem ação da gestão pública no campo educacional, quando olhar é horizontal, além das ações preventivas e repressivas no combate ao crime, existem outras alternativas mais eficazes para prevenir o crime e o sujeito se perceber como alguém que podem contribuir positivamente para a sociedade. A intersectorialidade consiste nisto, buscar perspectivas que não sejam tão óbvias como só aumentar a força bélica, é discutir que tipo de sociedade se quer construir. Envolve renda quando se discute a valorização dos profissionais da segurança pública, da saúde ou da educação.

Com relação à saúde, a intersectorialidade contribui para ampliar o próprio conceito que se tem sobre saúde: não estar doente não responde às expectativas de estar saudável, considera também como a renda e a infra-estrutura influenciam na diminuição ou propagação de doença, ou seja, as desigualdades sociais causam impacto no acesso a recursos que possibilitam qualidade de vida e conviver em um ambiente ecologicamente equilibrado. Impactam também na moradia quando não se discute a implantação de conjuntos habitacionais que levem em consideração a necessidade de se implantar um conjuntos de serviços públicos que englobam lazer, educação e saúde como ações preventivas na saúde do cidadão.

O lazer na política social, que em determinados trabalhos pesquisados está associado à cultura e ao esporte tem um papel não só de valorizar o descanso, mas é um mecanismo de geração de renda, quando se observa nesta política social a oportunidade de valorizar as manifestações e criações culturais locais, potencializando o turismo, da geração de emprego e renda. Além de contribuir com a saúde com a oferta de atividades lúdicas e desportivas.

As políticas sociais favorecem a consumação dos dispositivos constitucionais que tratam sobre o Estado Democrático de Direito, e a intersectorialidade provoca isso no sentido em que a decisão não cabe a um ator social, mas a vários que contribuem substancialmente para que a sociedade se torne cada vez menos desigual, para que a pobreza e a miséria não sejam naturalizadas e as relações não sejam mediadas apenas necessidades mercadológicas,

valorizando um desenvolvimento econômico associado ao respeito aos direitos humanos, ambientais, culturais e étnicos.

Referências

ALVES, E.P.M. **Diversidade cultural, patrimônio cultural material e cultura popular: a Unesco e a construção de um universalismo global.** Revista Sociedade e Estado – Volume 25 Número 3 Setembro/Dezembro de 2010

ANDRADE, LBP. **Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais.** São Paulo. Unesp: Cultura Acadêmica. 2010.

ARROYO, M. G. **Políticas Educacionais e Desigualdades: à procura de novos significados.** Educ. Soc, Campinas, v 31, n.113, p.1381- 1416. Out-dez. 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

BOAVENTURA, E. M. Políticas culturais e educação. In:____. **A construção da universidade baiana: objetivos, missões e afrodescendência.** 2009

BONDUKI, N. **Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula.** Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, n.1, p.70–104, 2008.

BUSS, P.M E PELLEGRINI FILHO, A. **A saúde e seus determinantes sociais.** 2007, vol.17, n.1, pp.77-93.

Carvalho, G. **A saúde pública no Brasil.** Estud. av. vol.27 no.78 São Paulo. 2013.

Carnelossi, B.C.M. ; Bernardes, M.E.M. **A condicionalidade de educação dos programas de transferência de renda: uma análise crítica do programa Bolsa Família.** PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 32, n. 1, 285-313, jan./abr. 2014

CARVALHO, V.; SILVA ,M.R.F. **Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios.** Revista Katál, Florianópolis ,v.14,n.1, p.59-67, jan-jun.2011

CHIRIBOGA, O.R. **O direito à identidade cultural dos povos indígenas e das minorias nacionais: um olhar a partir do Sistema Interamericano.** Sur, Rev. int. direitos humanos. 2006, vol.3, n.5, pp.42-69.

Convenção sobre Diversidade Biológica. Sério Biodiversidade nº1. Brasília.2000.

CORÁ, E.J. TRINDADE, L.L. **Intersetorialidade e vulnerabilidade no contexto da educação integral** . Educ. rev. vol.31 no.4 Belo Horizonte Oct./Dec. 2015.

CORDEIRO, H.E. O conceito de necessidades de saúde e políticas sanitárias. In:____ AMÂNCIO FILHO, A., and MOREIRA, MCGB. **Saúde: concepções e políticas públicas.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997.p. 41-47.

DECRETO LEGISLATIVO No 2, DE 1994. <http://www.mma.gov.br/destaques/item/7513-conven%C3%A7%C3%A3o-sobre-diversidade-biol%C3%B3gica-cdb>.Acessado em 19/10/2016.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Brasília, 1998.

DINIZ,S. **Critérios de justiça e programas de renda mínima.** Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. 1 p. 105-114 jan./jun. 2007

DOURADO, L. F. **Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil: limites e perspectivas.** Educ. Soc. Campinas, vol. 28, nº100- Especial p921-946, out 2007.

DUARTE, C. S. **Direito público subjetivo e políticas educacionais.** Educ. Soc. vol.28 no.100 Campinas Oct. 2007

EUZÉBIO FILHO, A.; Guzzo, R. **Desigualdade social e sistema educacional brasileiro: a urgência da educação emancipadora.** Escritos educ. v.4 n.2 Ibitité dez. 2005

FALEIROS, V. P. **A política Social do Estado Capitalista.** Editora Cortez. 2000

FISCHMANN, R. **Constituição brasileira, direitos humanos e educação.** Rev. Bras. Educ. vol.14 no.40 Rio de Janeiro Jan./Apr. 2009

GOMES, M.A; PEREIRA, M.L.D. **Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas.** Ciênc. saúde coletiva vol.10 no.2 Rio de Janeiro Apr./June 2005

GONÇALVES, A.S. **Vargas Llosa e a cultura.** Soc. estado. vol.30 no.2 Brasília May/Aug. 2015]

GUZZO, R. EUZÉBIOS FILHO, A. **Desigualdade social e sistema educacional brasileiro: a urgência da educação emancipadora.** Escritos educ. v.4 n.2 Ibité dez. 2005

HOFLING, E.M. **Estado e políticas (públicas) sociais.** Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001

Holz, S; Monteiro, T. **Política de habitação social e o direito a moradia no brasil.** X Colóquio Internacional de Geocrítica. Barcelona.2008.

JACOBI, P. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade.** Cadernos de Pesquisa, nº118, março. 2003.

JACOBI, P. **Educação Ambiental:** o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250. 2005

JUNQUEIRA, L.A.P. **A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor.** Saúde e Sociedade, v.13, n,i, p 25-36, jan-abr 2004.

JUNQUEIRA, L.A.P. **Intersetorialidade, transetorialidade e redes sociais de saúde.** RAP. Rio de Janeiro.2000.

LOPES, Edson. **Política e Segurança Pública:** uma vontade de sujeição. Contraponto. 2009

MACHADO, J; PORTO, M. **Promoção da saúde e intersetorialidade: a experiência da vigilância em saúde do trabalhador na construção de redes.** Epistemologia e serviços de saúde, vol.12, nº03,2003.

MACHADO, L.A. Construindo a intersetorialidade. 2008 . Disponível em:<
http://portales.saude.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=3153&Itemid=85> Acesso: 15 de out de 2016

MASTRODI, J; SILVA, M.M. C. **O direito fundamental social à moradia e a teoria geral do direito.** Direitos Fundamentais & Justiça - ANO 6, Nº 21, P. 145-162, OUT./DEZ. 2012

MATSUDO, S. **Envelhecimento, atividade física e saúde.** 2009. São Paulo. BIS, Bol. Inst. Saúde (Impr.) n.47 São Paulo abr. 2009.

MELO, V.A. PERES, F.F. **A cidade e o lazer:** as desigualdades sócio-espaciais na distribuição dos equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro e a construção de um indicador que oriente as ações em políticas públicas. Idac.2004.

MONNERAT, G,L; SOUZA, R.G. **Política social e intersetorialidade: consenso teóricos e desafios práticos.** SER Social, Brasília,v 12, n 26, p 200-220 .2009

MORETTI, A.C.et al. **Práticas corporais/atividade física e políticas públicas de promoção da saúde. Saude soc. vol.18 no.2 São Paulo Apr./June 2009**

NORONHA, J C., and PEREIRA, TR. **Princípios do sistema de saúde brasileiro.** In FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **A saúde no Brasil em 2030 - prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro:** organização e gestão do sistema de saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. Vol. 3. pp. 19-32.

Oliveira, A; Macedo, K. **Gestão ambiental nas organizações como nova variável estratégica.** Rev. Psicol., Organ. rab. v.5 n.1 Florianópolis jun. 2005

OLIVEIRA, D.A. **A educação no contexto das políticas sociais atuais: entre a focalização e a universalização.** *Linhas Críticas*, Brasília, v. 11, n. 20, p. 27-40. 2005.

OLIVEIRA et. AL. **A gente quer comida, diversão e arte: O lazer dos estudantes universitários.** Revista Brasileira de Economia Doméstica. Viçosa, v24, n1, p178-206. 2013.

KOGA, Dirce. **Cidades entre territórios de vida e territórios vivido.** Serviço Social & Sociedade. São Paulo, n. 72, p. 23-52, nov. 2002

PASSIONE, E; PEREZ, J. **Psicologia e análise de implementação de políticas públicas: um diálogo interdisciplinar. Psicologia e análise de implementação de políticas públicas: um diálogo interdisciplinar.** Psicol. cienc. prof.. 2013, vol.33, n.3, pp.612-629.

PEREIRA, K.Y.L ; TEIXEIRA, S.M. **Redes e intersectorialidade nas políticas sociais: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social.** Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 12, n. 1, p. 114 - 127, jan./jun. 2013

PERES, F.et.al. **Lazer, esporte e cultura na agenda local: a experiência de promoção da saúde em Manguinhos.** Ciênc. saúde coletiva vol.10 no.3 Rio de Janeiro July/Sept. 2005

PEREIRA, A. **A educação-pedagogia no cárcere, no contexto da pedagogia social: definições conceituais e epistemológicas** .Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 10, p. 38-55, jan./dez. 2011

PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional.** In:As políticas Sociais no contexto brasileiro: natureza e desenvolvimento. São Paulo, SP Cultura Acadêmica, 2009 P 21-56

PITTON, S. E. Contrin. **Prejuízos ambientais do consumo sob a perspectiva geográfica.** (CORTEZ, ATC., and ORTIGOZA, SAG., orgs. Da produção ao consumo: impactos socioambientais no espaço urbano São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

PRIORI, A., et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX** . Maringá: Eduem, 2012. A modernização do campo e o êxodo rural. pp. 115-127

Raichelis, R. **Gestão pública e a questão social na grande cidade.** Lua Nova no.69 São Paulo 2006

RIBEIRO, L.; JUNIOR, O. **Democracia e segregação urbana: reflexões sobre a relação entre cidade e cidadania na sociedade brasileira.** 2003.

Rodrigues, R.P. **Programa Esporte e Lazer da Cidade.** BRINCAR, JOGAR, VIVER. Programa Esporte e Lazer da Cidade - Volume I - nº 01 (Janeiro/2007)

ROLNIK, R. **A construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país -avanços e desafios.** IPEA. 2006

SANTOS, F.C; AMARAL, S.C.F. **Sobre Lazer e Políticas Sociais: Questões teóricas conceituais. Pensar a prática Goiânia**, v.13, n.3, p.1-13, set./dez. 2010

SAPORI, L. **Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2007.

SARRETA, FO. **Educação Permanente em saúde para os trabalhadores do SUS**. São Paulo. UNESP. São Paulo, Cultura Acadêmica, 2009.

SARRETA, FO. **Educação permanente em saúde para os trabalhadores do SUS**. UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SEN. A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta São Paulo, Companhia das Letras,2010.

SILVIA, K.L. RODRIGUES, A.T. **Ações intersetoriais para promoção da saúde na Estratégia Saúde da Família: experiências, desafios e possibilidades**. 2010

Sem, A. **Desenvolvimento como liberdade**. tradução Laura Teixeira Motta ; revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. — São Paulo : Companhia das Letras, 2010

SOARES, L. E. **Novas políticas de Segurança Pública**. Estud. av. vol.17 no.47 São Paulo Jan./Apr. 2003

SOARES, L.E.. **Segurança pública: presente e futuro**. Estud. av. vol.20 no.56 São Paulo Jan./Apr. 2006

SOUZA, R. R. **Políticas e práticas de saúde e equidade**. 2008.Rev Esc Enferm USP

TILIO NETO, PD. **Ecopolítica das mudanças climáticas: o IPCC e o ecologismo dos pobres**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Uma abordagem política do meio ambiente. pp. 3-36.

TONELLA, Celene. **Políticas urbanas no Brasil: marcos legais, sujeitos e instituições**.2013.

NORONHA, JC., and PEREIRA, TR. **Princípios do sistema de saúde brasileiro.** In FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. *A saúde no Brasil em 2030 - prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: organização e gestão do sistema de saúde.* Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. Vol. 3. pp. 19-32.

ZINGONI, P. **O lugar da família nas políticas de lazer/parte I – referencial teórico e relações com o lazer.** Pensando sobre políticas públicas de lazer para juventudes em contextos de vulnerabilidade social: contribuições a partir de pesquisa em Ribeirão das Neves – Minas Gerais / Vânia Noronha (org.). - Belo Horizonte: Editora, 2009.

WARSCHAUER, M.; CARVALHO, Y.M. **O conceito “Intersetorialidade”: contribuições ao debate a partir do Programa *Lazer e Saúde* da Prefeitura de Santo André/SP.** *Saúde soc.* vol.23 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2014